



TG  
H

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

**Terceira Câmara de Direito Público**

**Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0330703-1 (1º Vara dos Executivos Fiscais Municipais) - Recife**

**Recorrente: Município do Recife**

**Procurador (a): Carlos André Magalhães**

**Recorrido: Percílio Diogo Ramos**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO EX OFFICIO. ADMISSIBILIDADE. INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA EM PROMOVER DILIGÊNCIAS ESSENCIAIS AO ANDAMENTO DO FEITO. SÚMULA Nº 106 DO STJ E REPERCUSSÃO GERAL. NÃO-INCIDÊNCIA. PROCESSO VIRTUAL. RESPONSABILIDADE DO EXEQUENTE PELA CITAÇÃO. DISPOSIÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE A FAZENDA E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DEMORA NÃO-IMPUTÁVEL AO APARATO JUDICIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, À UNANIMIDADE.**

1. Como é cediço, ajuizada a ação de execução fiscal antes de decorrido o quinquênio a contar da constituição definitiva do crédito tributário, a declaração da prescrição exige inércia do credor na impulsão dos atos processuais, sendo insuficiente o mero transcurso do prazo.

2. O lapso de tempo transcorrido após o ajuizamento da ação executiva excedeu, e muito, ao prazo prescricional vislumbrado pelo artigo 174 do CTN.

3. A sentença a quo reconheceu a ocorrência da prescrição com base nos artigos 156, inciso V e artigo 174 do CTN, visto que após o processo de Execução Fiscal, ser distribuído, não houve mais impulso da máquina judiciária pelo credor, não podendo ser atribuída, in casu, morosidade da justiça.

4. Nesse sentido, a Fazenda Municipal deve sempre estar atenta aos prazos prescricionais, pois o "Direito não socorre aos que dormem", conforme expressa o brocardo jurídico *dormientibus non succurrit jus*. A inércia do exequente implica perda do interesse processual na continuidade da Ação Executiva, podendo gerar o reinício da contagem do prazo prescricional dentro da própria Execução Fiscal, ocorrendo, depois de 5 anos do despacho citatório, a prescrição da pretensão ajuizada e despachada, pelo que o Procurador Fazendário deve permanecer atento a todas as diligências realizadas dentro do processo, evitando assim a ocorrência de prescrição intercorrente.

5. É bem verdade que o Superior Tribunal de Justiça sumulou entendimento no sentido de negar a prescrição quando não se houver dado a citação do executado por atraso imputável à ineficiência do aparato jurisdicional (Súmula nº 106). Inclusive, recentemente, o mesmo Tribunal julgou, com efeito de repercussão geral, o Recurso Especial nº 1.102.431 - RJ, no mesmo sentido. Dadas as implicações desses provimentos para as



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

instâncias subordinadas, é mister destacar o caso em apreço da hipótese geral contemplada naqueles atos.

6. Ora, se a Fazenda, como autora da ação, não diligenciou no sentido de praticar os atos que lhe competiam para dar andamento ao feito, demonstrando, com isso, desinteresse na percepção do valor objeto da execução, não me parece lícito conceder dilação de prazo, quando já inexigível o crédito, para arguição de eventuais causas suspensivas ou interruptivas aferíveis de pronto pelo Magistrado, dado a sua natureza de interesse público e sua natural indisponibilidade.

7. A unanimidade, negou-se provimento ao presente recurso.

**ACÓRDÃO**

02

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Recurso de Agravo na Apelação de nº 0330703-1**, da Comarca de Recife, em que figuram, como Recorrente, o **Município do Recife** e, como Recorrido, **Percílio Diogo Ramos**,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, a unanimidade, em **negar provimento** ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de Junho de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
*Relator*



60  
pl

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

**Terceira Câmara de Direito Público**  
**Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0330703-1 (1º Vara dos Executivos Fiscais Municipais) - Recife**  
**Recorrente: Município do Recife**  
**Procurador (a): Carlos André Magalhães**  
**Recorrido: Percílio Diogo Ramos**  
**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**RELATÓRIO**

02

Cuida-se de Recurso de Agravo Interposto pelo Município do Recife, em face de **Percílio Diogo Ramos**, combatendo decisão terminativa de fls. 31/35, na qual esta Relatoria proferiu monocrático entendimento pela negativa de seguimento ao apelo manuseado pelo município demandado.

A ação, ajuizada aos 16/04/1996, não teve despacho citatório. Ante inércia da Fazenda Municipal e paralisação do feito por mais de cinco anos, foi a sentença prolatada em 13/12/2011, reconhecendo o aperfeiçoamento da prescrição intercorrente.

Na Execução Fiscal postula o apelante (fl. 02/03) a cobrança de débito fiscal referido na Certidão de Dívida Ativa nº 1.95.363026.7 (IPTU e taxas imobiliárias).

Sentença de fls. 06/09 declarando extintos os créditos tributários demandados, ante a prescrição, decretando a extinção do processo executivo nos moldes do artigo 269, inciso IV do CPC.

Irresignada com a sentença reconhecedora da prescrição, a municipalidade apela, aduzindo, em sua petição recursal (fls.12/21), resumidamente, quanto à inocorrência da prescrição comum ou intercorrente, vez que o município cumpriu com o ajuizamento tempestivo da ação, bem como alega que a demora efetiva da citação deveu-se, exclusivamente, aos mecanismos da Justiça, por não promover o impulso oficial do processo, sendo devida a aplicação da Súmula 106/STJ.

Pugna, ao final, pelo provimento do apelo e consequente prosseguimento da execução fiscal.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Recebido o apelo em seu duplo efeito legal, subiram os autos a esta Corte conclusos para relatá-los.

O Recurso de apelação interposto originou a decisão monocrática ora combatida, decisão esta que, *ex vi* do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco, **negou seguimento** ao recurso de Apelação Cível, posto se encontrar em confronto com a jurisprudência desta Egrégia Corte Estadual, conforme demonstrado no corpo da decisão terminativa, mantendo o *decisum* de 1º grau em todos os seus termos.

Para fins de retratação e consequente reforma da decisão ora agravada, o município alega que o feito restou paralisado não por culpa da municipalidade, a qual,



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

em nenhum momento, foi intimada para impulsioná-lo, prevalecendo a orientação contida na Súmula 106 do STJ.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este agravo legal à apreciação da Câmara.

É o relatório.

**VOTO**

02

Apesar do inconformismo da parte ora recorrente, tenho em mente que dito *decisum* não se afigura merecedor de reprimenda, bastando reafirmar os fundamentos que adotei na decisão terminativa ora combatida para também repelir este seu Agravo Legal.

Da análise dos autos, vê-se que o recorrente insiste em teses esposadas quando do recurso de apelação interposto contra a sentença em lanço. Conforme alterações recentes da sistemática processual e tributária, mostra-se infrutífero o recurso apresentado e insubsistentes os argumentos trazidos à baila.

Mantenho a mesma persuasão que me norteou quando da prolação do *decisum* ora impugnado.

Em que pese ter sido vencida a Fazenda Pública Municipal na demanda de 1º grau, por força do §2º, artigo 475 do Código de Processo Civil (tendo em vista o valor exigível na ação judicial intentada), desnecessário submeter o feito ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

Antes de adentrar no mérito da causa, é importante esclarecer o que vem a ser a constituição do crédito tributário, mormente porque a prescrição aqui analisada tem como marco essa ocorrência.

A constituição do crédito tributário dá-se por meio do lançamento, atividade vinculada e obrigatória, privativa da autoridade administrativa competente, através da qual se verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, identifica-se o sujeito passivo, determina-se a matéria tributável e define-se o montante do crédito tributário, aplicando-se, se for o caso, a penalidade cabível.

Sendo o lançamento, portanto, atividade obrigatória e vinculada, a autoridade administrativa, tomando conhecimento da ocorrência de um fato gerador de obrigação tributária principal ou do descumprimento de obrigação tributária acessória (que equivale ao fato gerador de obrigação tributária principal), tem o dever indeclinável de proceder ao lançamento do tributo, que consiste em ato constitutivo do crédito tributário, mas meramente declaratório da obrigação correspondente.

O lançamento que possui duas fases, uma oficiosa, que se finaliza com a determinação do montante do crédito, e outra contenciosa, que se inicia com a notificação do sujeito passivo, existe em três modalidades, quais sejam: de ofício, realizado integralmente por iniciativa da autoridade administrativa, independentemente da colaboração do sujeito passivo; por declaração, elaborado em face de declaração do contribuinte ou terceiro, através da qual se fornece à autoridade administrativa informações quanto à matéria de fato indispensável à sua efetivação e



61  
p

## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

por homologação, feito quando a legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento do tributo sem o prévio exame da autoridade administrativa no que concerne a sua determinação.

O crédito tributário, quando definitivamente constituído, adquire como atributo essencial a exigibilidade, o que autoriza a Fazenda Pública a formalizar, unilateralmente, o título executivo, mediante a inscrição do crédito na Dívida Ativa, extraindo a CDA e, conseqüentemente, a ajuizar a competente Ação de Execução Fiscal.

Impende, portanto, que se defina o momento em que se implementa a constituição definitiva do crédito tributário, para que se possa identificar o instante em que este se torna exigível e, em decorrência, fixarmos o termo inicial da contagem do prazo prescricional para que a Fazenda Pública possa valer em Juízo o seu direito à persecução do montante do tributo que entende devido pelo contribuinte.

Segundo Hugo de Brito, existem 04 (quatro) correntes doutrinárias que discutem sobre qual seria o momento em que se deve considerar exercido, definitivamente, o direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário, a saber: 1) quando o Fisco determinasse o montante devido e intimasse o sujeito passivo para efetuar o pagamento; 2) quando proferida a decisão pela procedência da ação fiscal, em primeira instância administrativa; 3) quando proferida decisão definitiva em instância administrativa e 4) quando da inscrição do crédito na Dívida Ativa.

Para o citado autor, cujo entendimento acolho como fundamento para a presente decisão, as primeira e segunda correntes não merecem prevalecer, eis que, se a própria Administração ainda admite discutir a exigência fiscal, mediante apreciação de recurso do sujeito passivo, é porque o lançamento ainda não está perfeito e acabado, o que, de fato, só adviria com o julgamento do último recurso cabível ou após o transcurso do prazo legal sem interposição de recurso. Rejeita, ainda, a quarta corrente, aduzindo que a inscrição do crédito na Dívida Ativa presta-se unicamente para dar ao crédito o requisito da exeqüibilidade, ensejando a formalização de um título executivo.

Prevalece, por conseguinte, a terceira corrente, segundo a qual, pode-se considerar consumado o lançamento e constituído definitivamente o crédito tributário somente quando a Administração, que é parte no procedimento e é quem efetua o lançamento, não mais admite discuti-lo, fixando-se, a partir desse instante, o termo inicial de contagem do prazo de 05 (cinco) anos para que a Fazenda Pública ajuíze a Execução Fiscal tendente a fazer valer, judicialmente, o seu direito de cobrança do crédito tributário.

Concluído, pois, o procedimento do lançamento e assim constituído o crédito tributário definitivamente, o Fisco intimará o sujeito passivo, no prazo de 30 (trinta) dias, se outro não for fixado pela legislação pertinente, a fazer o pagamento respectivo e, acaso este não seja feito, o direito da Fazenda estará lesado, nascendo, então, para ela, a ação destinada à proteção do crédito.

Não obstante existam julgadores e doutrinadores que entendem que o prazo prescricional se inicia no momento em que a Fazenda notifica o sujeito passivo a fazer o pagamento do crédito, mesmo que ainda seja cabível defesa ou recurso, prevalece o entendimento de que se faz necessário que o ato de lançamento se torne indiscutível.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

Entendimento que também se depreende dos julgados infratranscritos do Superior Tribunal de Justiça:

**EMENTA: RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. DIES A QUO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DECISÃO FINAL NA ESFERA ADMINISTRATIVA. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL. IRRELEVÂNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA.**

1. Consoante o cânone do art. 174 do CTN, o prazo prescricional começa a ser contado da data definitiva da constituição do crédito tributário. A existência de discussão administrativa a respeito do crédito tributário obsta sua constituição definitiva, interrompendo a contagem do prazo prescricional, que tão-somente reinicia-se com a manifestação definitiva da autoridade administrativa. (Precedentes: REsp 396.699 - RS, Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, 4ª Turma, DJ 15 de abril de 2002; REsp 190.092 - SP, Relator Ministro FRANCIULLI NETTO, Segunda Turma, DJ de 1º de julho de 2002).

2. In casu, consoante consignado no aresto alvejado, o julgamento final na esfera administrativa ocorreu em 25 de março de 1993, enquanto que ajuizamento do executivo fiscal ocorreu em 24 de setembro de 1999 (fl. 267), transcorrendo lapso temporal de quase seis anos. Contudo, a UNIÃO sustenta que no acórdão oriundo do Conselho de Contribuintes fora constatado erro material, somente tendo sido o recorrido notificado da retificação do decisum em julho de 1996 (fls. 290/291), pelo que reputada não ocorrente a prescrição.

3. Sucede que o erro material verificado no acórdão emanado pelo Conselho de Contribuintes foi sentido sentido de fazer constar a Sexta Câmara, ao invés da Terceira, como órgão prolator do decisum, o que, de todo o modo, não tinha o condão de alterar o crédito tributário nem mesmo obstaculizar o ajuizamento da execução fiscal, posto encerrada a discussão em torno do crédito tributário em si. Dessarte, incensurável a decretação da prescrição pelo Tribunal a quo.

4. Inexiste ofensa do art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão (precedentes: REsp 396.699 - RS, Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, 4ª Turma, DJ 15 de abril de 2002; AGA 420.383 - PR, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, DJ de 29 de abril de 2002; Resp 385.173 - MG, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 29 de abril de 2002).

5. Recurso especial conhecido e desprovido.

(REsp 751132/RS RECURSO ESPECIAL 2005/0081390-1 Relator(a) Ministro LUIZ FUX (1122) T1 - PRIMEIRA TURMA Data do Julgamento 11/09/2007 Data da Publicação/Fonte DJ 15.10.2007 p. 229)

**EMENTA: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. DATA DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RAZOABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

- 62  
v
1. A constituição definitiva do crédito tributário depende do comportamento do contribuinte em face do lançamento. Caso o contribuinte não o impugne, a constituição definitiva ocorrerá ao término do prazo previsto na lei. Na esfera administrativa federal, o prazo é de trinta dias para que seja protocolizada a impugnação. Nesse caso, a constituição definitiva ocorrerá após o trintídio, a partir da intimação do lançamento definitivo.
  2. A remessa dos autos ao Ministério da Integração Regional não modifica a data da constituição do crédito tributário e do início do prazo prescricional. Tal mudança decorreu da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool. A ratificação do auto de infração não teve nenhum cunho modificativo da decisão do extinto órgão.
  3. A instância inferior decidiu que a inscrição do crédito tributário em dívida ativa se deu em 22.05.97 e a propositura da execução fiscal, em 03.06.97. Como a constituição definitiva do crédito ocorreu em 31.10.86, torna-se evidente o transcurso do lustro prescricional, nos termos do art. 174 do CTN.
  4. Demonstra-se inviável a revisão do montante fixado a título de verba de sucumbência quando o valor foi devidamente justificado pela Corte de origem como dentro dos limites da razoabilidade. Súmula 7/STJ.
  5. Recurso especial da Fazenda Nacional não provido. Recurso especial do contribuinte não conhecido.  
(REsp 960966/SE RECURSO ESPECIAL 2007/0138447-0 Relator(a) Ministro CASTRO MEIRA (1125) T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 04/09/2007 Data da Publicação/Fonte DJ 19.09.2007 p. 261)

Nesse mesmo sentido também já se pronunciou o Supremo Tribunal Federal, conforme os julgados a seguir:

EMENTA: **PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA. ISS. ENTRE O FATO GERADOR E O LANÇAMENTO FISCAL CORRE O PRAZO DE DECADÊNCIA. FICA EM SUSPENSO A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SE HÁ RECURSO DO CONTRIBUINTE E ATÉ QUE SEJA ELE JULGADO, MAS, APENAS HAVENDO FORMULAÇÃO DE CONSULTA E FORA DO PRAZO RECURSAL, INEXISTE SUSPENSÃO. EM TAL CASO, O INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL SE INICIA APÓS O TÉRMINO DO PRAZO DO RECURSO CONTADO DA NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO OU DA CIÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO, E SE O AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL OCORREU AINDA DENTRO DE CINCO ANOS, ASSIM CONTADOS, NÃO INCIDIU A PRESCRIÇÃO A FULMINAR O DIREITO A COBRANÇA DO CRÉDITO.** (grifos nosso)  
(RECURSO EXTRAORDINÁRIO Min. ALDIR PASSARINHO Julgamento: 14/10/1983 Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA Publicação DJ 02-12-1983 PP-19044)

EMENTA: **TRIBUTO. PRESCRIÇÃO. LANÇAMENTO. EXIGIBILIDADE - EXIGIVEL O CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO PELO LANÇAMENTO, CORRE DESDE ENTÃO O PRAZO PRESCRICIONAL, SALVO SE SUSPENSA A EXIGIBILIDADE, NA**



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

**CONFORMIDADE DO ART. 151, III, DO CTN. RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO CONHECIDO.** (grifos nossos)  
(RECURSO EXTRAORDINÁRIO Min. RAFAEL MAYER Julgamento: 02/02/1982 Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA. Publicação DJ 19-02-1982 PP-01135)

Como é cediço, ajuizada a ação de execução fiscal antes de decorrido o quinquênio a contar da constituição definitiva do crédito tributário, a declaração da prescrição exige inércia do credor na impulsão dos atos processuais, sendo insuficiente o mero transcurso do prazo.

Considerando que o caso em comento refere-se à ação de execução fiscal relativa a tributo sujeito ao lançamento por ofício, no caso, o IPTU, o prazo prescricional passará a contar após a constituição definitiva do respectivo crédito tributário, nos termos do art. 174 do CTN. Como o IPTU é lançado no dia 1º de janeiro e como o contribuinte tem um prazo de 30 dias para apresentar impugnação ao lançamento, conclui-se que o termo *a quo* do prazo da prescrição é a partir do dia 31 de janeiro do ano de lançamento do tributo, tendo em vista que o prazo é material e não processual, e desde que não haja processo administrativo impugnando o valor cobrado, caso contrário, somente no dia seguinte após o seu término é que a prescrição começará a correr.

A demanda em apreço diz respeito a cobrança de IPTU e taxas imobiliárias referentes aos anos de **1992 a 1994**, conforme se constata da CDA de fls. 03.

Desse modo, o *dies a quo* do prazo prescricional ocorreu em **31/01/1993, 31/01/1994 e 31/01/1995** respectivamente a cada exercício cobrado, levando-se em conta que não houve nenhum processo administrativo, sendo o *dies ad quem*, por consequência, em **31/01/1998, 31/01/1999 e 31/01/2000**.

A ação executiva competente foi distribuída aos 16/04/1996, portanto, intentada dentro do prazo prescricional, a teor do disposto no artigo 174 do Código Tributário Nacional, com referência aos créditos tributários dos períodos assinalados.

Ora, se ainda persistia celeuma acerca do momento exato em que a prescrição se interrompe, principalmente após a inclusão do §4º, do art. 40, da lei 6.830/80, através da Lei nº 11.051/04, a qual impõe o prévio arquivamento provisório, a edição da Lei Complementar nº 118, de 09.02.2005, dirimiu claramente a questão, ao alterar o art. 174, do CTN.

Nesse tocante, é de se considerar que a Lei Complementar em lanço deve prevalecer, de maneira que o prazo prescricional principie a correr a partir do despacho ordenatório da citação, não sendo razoável a imposição de qualquer outra exigência para tanto.

*In casu*, não há que se falar em citação do apelado visto que não consta dos autos aviso de recebimento comprobatório nesse sentido, ao mesmo tempo em que o efetivo processamento da ação executiva não foi possível ser realizado no tempo hábil ante a extensa morosidade da Fazenda Municipal em promover a citação do executado.





64  
B

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

Neste contexto, é de se considerar, como acima já registrado, que o lapso de tempo transcorrido após o ajuizamento da ação executiva excedeu, e muito, ao prazo prescricional vislumbrado pelo artigo 174 do CTN.

A sentença *a quo* reconheceu a ocorrência da prescrição com base nos artigos 156, inciso V e artigo 174 do CTN, visto que após o processo de Execução Fiscal, ser distribuído, não houve mais impulso da máquina judiciária pelo credor, não podendo ser atribuída, *in casu*, morosidade da justiça.

Nesse sentido, a Fazenda Municipal deve sempre estar atenta aos prazos prescicionais, pois o "Direito não socorre aos que dormem", conforme expressa o brocardo jurídico ***dormientibus non succurrit jus***.

Dirimida a dúvida inicial quanto à iniciativa de declaração da prescrição, resta-nos aferir, concretamente, se incidiu a norma extintiva do crédito fiscal reconhecida pelo juízo a quo.

É bem verdade que o Superior Tribunal de Justiça sumulou entendimento no sentido de negar a prescrição quando não se houver dado a citação do executado por atraso imputável à ineficiência do aparato jurisdicional (Súmula nº 106). Inclusive, recentemente, o mesmo Tribunal julgou, com efeito de repercussão geral, o Recurso Especial nº 1.102.431 – RJ, no mesmo sentido. Dadas as implicações desses provimentos para as instâncias subordinadas, é mister destacar o caso em apreço da hipótese geral contemplada naqueles atos.

**Ora, se a Fazenda, como autora da ação, não diligenciou no sentido de praticar os atos que lhe competiam para dar andamento ao feito, demonstrando, com isso, desinteresse na percepção do valor objeto da execução, não me parece lícito conceder dilação de prazo, quando já inexigível o crédito, para arguição de eventuais causas suspensivas ou interruptivas aferíveis de pronto pelo Magistrado, dado a sua natureza de interesse público e sua natural indisponibilidade.**

Sustentada está a decisão de 1º grau no entendimento jurisprudencial pacificado neste Tribunal de Justiça o qual ressalta que, a prescrição, na órbita tributária, não é definitivamente afastada quando ocorre a propositura tempestiva da Ação de Execução fiscal. Este momento da proposição da ação junto aos órgãos do Poder Judiciário implica apenas a interrupção da prescrição que poderá, no futuro, continuar a ser contada para efeitos de extinção do processo.

Observem-se os julgados abaixo transcritos:

Apelação Assunto(s) Número do Acórdão 0042772-93.2001.8.17.0001 (162487-5) Comarca Recife Número de Origem 00427729320018170001 Relator Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello Relator do Acórdão Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello Revisor Órgão Julgador 8ª Câmara Cível Data de Julgamento 29/5/2008 14:12:00 Publicação 129 Ementa APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL VIRTUAL. PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. 1. Nos termos da jurisprudência do STJ, para que não ocorra a vulneração do princípio da segurança jurídica, a nova regra do CTN, que estabelece como causa interruptiva da prescrição a data do



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

despacho que determina a citação, não deve ser aplicada às ações iniciadas antes da sua vigência. 2. Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas no convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a prefeitura municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à prefeitura do Recife. 3. Na hipótese dos presentes autos, verifica-se que, apesar de o lançamento de ofício do crédito ter ocorrido nos anos de 1996 e 1997 e de a distribuição virtual do feito ter se dado em dezembro de 2001, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em dezembro de 2006, deixando, assim, transcorrer o prazo prescricional do próprio crédito tributário (pois que já havia transcorrido o prazo de 5 anos da data do seu lançamento). 4. Assim, nos termos do entendimento vigente à época do início da ação (aplicado a este caso em conformidade com a jurisprudência do STJ), não tendo sido efetivada a citação válida, não existiu a interrupção da prescrição, pelo que, por culpa exclusiva da exequente inerte (que, in casu, deixou de encaminhar ao judiciário as peças processuais necessárias à efetivação da citação), restou extinto o próprio crédito tributário. 5. Apelação improvida. Decisão À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso de apelação, na forma do voto do Des. Relator. NESSE SENTIDO: 162384-4; 162337-0; 162446-4; 167778-1; 162456-0; 146599-0; 164198-1; 163542-5/01; 164145-0; 151837-8; 164171-0; 146606-0.

Apelação Assunto(s) Número do Acórdão 160328-3 Comarca Recife Número de Origem 9906515748 Relator Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello Relator do Acórdão Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello Revisor Órgão Julgador 8ª Câmara Cível Data de Julgamento 27/11/2008 14:00:00 Publicação 11 Ementa PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL VIRTUAL. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA APÓS A OUVIDA DO MUNICÍPIO EXEQUENTE. CARACTERIZADA A DESÍDIA DA FAZENDA PÚBLICA. ACOLHIMENTO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CONDENAÇÃO DA FAZENDA EXEQUENTE AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA IMPUGNADA. 1. Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas no convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam-se digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife. 2. Ao Município exequente cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente. 3. Na hipótese dos autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 28 de dezembro de 1999, o feito somente teve seu primeiro andamento processual em 15.08.2006, quando da materialização do processo, restando a execução paralisada por quase sete anos. 4. Culpa plenamente atribuível à Fazenda exequente pela paralisação do executivo fiscal. 5. In casu, pode-se afirmar que à Fazenda exequente, intimada para se manifestar sobre a exceção oposta, foi dada oportunidade para se pronunciar sobre a existência de fato impeditivo ou suspensivo da prescrição. 6. No que respeita à condenação da exequente ao



65  
pf

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

pagamento de verba honorária em razão do acolhimento da exceção de pré-executividade, "O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado no sentido de que é cabível a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios na hipótese de acolhimento de exceção de pré-executividade" (REsp 860.341/PE). 7. Manutenção integral dos termos da sentença impugnada, inclusive quanto ao arbitramento da verba honorária. 8. Apelo improvido. Decisão À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo. No mesmo sentido: 1554761/01.

Conclui-se que o importante é que o Procurador Fazendário permaneça atento a todas as diligências realizadas dentro do processo, evitando assim a ocorrência de prescrição intercorrente. (GALLO, Antonio Felipe A. A Fazenda Pública e a cobrança dos débitos fiscais, Revista dos Tribunais: São Paulo, 1994, pp. 25), fato não ocorrido nos presentes autos, já que o feito ficou paralizado por mais de 10 (dez) anos, sem que tenha havido qualquer diligência da Fazenda Municipal visando seu processamento em Juízo.

**Assim, deve a Fazenda Pública (exequente) sempre procurar atuar positivamente no sentido de fazer valer sua pretensão executiva, agindo com diligência e evitando a inércia.**

A inércia implica perda do interesse processual na continuidade da Ação Executiva, podendo gerar o reinício da contagem do prazo prescricional dentro da própria Execução Fiscal, ocorrendo, depois de cinco anos, a prescrição da pretensão ajuizada e despachada.

Assim é que a falta de citação do devedor e/ou a ausência de diligências essenciais ao desenvolvimento do feito por mais de cinco anos, ensejam a perda de condição essencial de exigibilidade do título executivo, razão pela qual o processo não pode ter seguimento, devendo ser extinto por falta de uma das condições essenciais à execução fiscal.

Ante todo o exposto, não tendo as argumentações do recorrente infirmado os fundamentos da decisão proferida por esta Relatoria, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 03 de Julho de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator